



PROVA SUBJETIVA

GRUPO I – CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS, ADMINISTRATIVO, AMBIENTAL,
TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO:

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

A Constituição da República e os Direitos Humanos

SEGUNDA PARTE

Questões

1. As **emendas constitucionais** estão sujeitas ao controle jurisdicional de constitucionalidade ?
2. As **imunidades parlamentares** permitem processar Deputados e Senadores ?
3. **Atos administrativos e Atos do Poder Público.** Resumidamente, explique os pontos seguintes : **a)** ato administrativo em sentido formal e ato administrativo em sentido material; **b)** os atos administrativos no confronto dos atos políticos e dos atos de gestão; **c)** os atos políticos e a responsabilidade civil do Estado; **d)** ato administrativo e fato administrativo; **e)** o ato administrativo e o problema do silêncio da Administração.
4. **O interesse no Direito Administrativo e no Direito Ambiental.** Resumidamente, explique os pontos seguintes : **a)** a noção de *interesse público* e os casos específicos em que pode ser aferido pelo Poder Judiciário e os casos em que é vedado sê-lo; **b)** a prática de atos jurídicos "*no interesse da Administração*" e o exato entendimento do *princípio da legalidade* (CF, art. 5º, inciso II); **c)** a ação civil pública ambiental e o *interesse material* dos litigantes.
5. **ICMS** - concessão unilateral de benefícios fiscais. Espécies. Disciplina constitucional e autonomia do Estado-federado. Convênio estadual. (**responder em até 20 linhas**)
6. **Orçamento** - Natureza Jurídica. Fiscalização e controle dos orçamentos. Tipos de controle. (**responder em até 20 linhas**)



PROVA SUBJETIVA

GRUPO II – ECONÔMICO, CONSUMIDOR, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

"O contrato que tem o modelo liberal como seu paradigma, cujo princípio máximo é a autonomia da vontade, reflete, na verdade, um momento histórico que não corresponde mais à realidade atual. Essa concepção tradicional do contrato, que tem na vontade a única fonte criadora de direitos e obrigações, formando lei entre as partes, sobrepondo-se à própria lei, bem como a visão do Estado ausente, apenas garantidor das regras do jogo, estipuladas pela vontade dos contratantes, já há muito vem tendo seus pilares contestados e secundados pela nova realidade social que se impõe. Dessa forma o contrato se transforma para se adequar às exigências da nova realidade..." (Alinne Arquete Leite Novais, *in Problemas de Direito Civil-Constitucional*, p.17, Org. Gustavo Tepedino, ed. Renovar)

A NOVA TEORIA CONTRATUAL: SEUS PRINCIPAIS PARADIGMAS E DIFERENÇAS COM RELAÇÃO À CONCEPÇÃO TRADICIONAL DE CONTRATO.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Atividades econômicas privatizadas : agências reguladoras. Finalidade. Poderes. Forma de investidura de seus membros. **(responder em até 20 linhas)**
2. Reparabilidade de danos morais em relações de consumo. Conceito de dano moral. Dano moral individual e dano moral de cunho coletivo. Exemplificar. **(responder em até 20 linhas)**
3. A situação jurídica do nascituro e a inteligência do art. 4º do Código Civil.
4. Aponte e descreva os princípios fundamentais do regime matrimonial de bens.
5. Dê as respectivas noções, estremando-as, de: indícios, fato notório, presunções *hominis* e máximas de experiência. A seguir, fale sobre esses mencionados institutos jurídicos, em face do tema dos *meios de prova* e em face do tema do *ônus objetivo da prova*.
6. A norma do art. 711 do Código de Processo Civil: o concurso particular de credores; as preferências, os privilégios e as prelações; o princípio da *par conditio creditorum* e o princípio *prior (in) tempore, potior(in) iure*.



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III – ELEITORAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

TRANSAÇÃO PENAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. A publicidade institucional é vedada em ano eleitoral ?
2. Podem os Partidos Políticos se coligar nas eleições majoritárias e proporcionais ?
3. Discorra sobre o crime de quebra de segredo de justiça.
4. Discorra sobre a delação premiada.
5. O "despacho" de recebimento ou rejeição de denúncia ou queixa deve ser fundamentado ? Discorra.
6. Distinga absolvição sumária de sentença de impronúncia.